

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História

**A IMIGRAÇÃO COLONIZANDO O VALE: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO DOS
GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL PARA COLONIZAR O PIUM
(1954 – 1959)**

Josione Batista Pinto Barbosa

NATAL/RN
2003.1

Josione Batista Pinto Barbosa

**A IMIGRAÇÃO COLONIZANDO O VALE: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO DOS
GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL PARA COLONIZAR O PIUM
(1954 – 1959)**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora Denise Matos Monteiro, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

Natal / RN - 2003

Pium

Um casamento que nunca vi
Onde se plantando tudo dá
Onde o noivo, o colibri
A noiva, a flor de maracujá

O lilás da flor do aguapé
Um verde onde só ali se via
À noite, no rio, o jacaré
A orquestra de sapos em sincronia

Água de coco doce como mel
O saboroso melão japonês
As cores da mata, do rio e do céu
A natureza aqui sempre se fez

O rio promove uma divisão
Entre Parnamirim e Nísia Floresta
O que para uns é pura poluição
Para outros é uma tremenda festa

Teu nativo de pele escura
Teu mosquito de acre mordida¹
Na nascente de uma água pura
Tua história quase esquecida

Nesse solo de paul
Se cultiva frutas e flores variadas
Mangaba, Cajarana, Manga, Cajú,
Elicônias, Açucenas, Orquídeas prateadas

Aqui até a Vila é feliz
Assim como a sua tradicional feira
Lugar como esse sempre quis
Onde a vida se vive por inteira

Na precisão do "Pi"
Na unidade do "Um"
O ar mais puro que já senti
Que seja sempre assim o meu Pium

Sandro Romero

¹ Pium: Mosquito de mordida acre (*Nomes da Terra*, Luiz da Câmara Cascudo)

Para meu esposo e meus filhos, Cauê e Cainã, por serem minhas fontes de inspiração e de sustentação, de onde retiro a força e os motivos para lançar-me nas buscas de minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo Sandro Romero, que diariamente me presenteia com sua doce companhia, que está sempre nutrida de muito amor, dedicação e paciência, que tem me fortalecido quando me sinto fraca, me impulsionado quando penso em desistir e que me ensina a sempre sorrir.

Aos colonos do Vale do Pium, especialmente à Sra. Hatsuê Katayama, Sra. Tereza do Nascimento Araújo e Sra. Jarina Gomes, que tão gentilmente nos recebeu e nos forneceu informações importantes com muita cortesia, simpatia e boa vontade.

Ao professor Raimundo Nonato Araújo da Rocha, pela generosidade de abrir um espaço do seu preenchido tempo para dedicar-me tão valiosa orientação prestada em todas as etapas desse trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: VISTA PARCIAL DO VALE DO PIUM ONDE SE LOCALIZOU A ANTIGA COLÔNIA AGRÍCOLA.....	16
Figura 2: “A COLÔNIA DE CIMA”. ONDE SE ESTABELECIA A ADMINISTRAÇÃO DO INCRA.....	22
Figura 3: AS FAMÍLIAS JAPONESAS QUE VIRIAM PARA O VALE DO PIUM, AINDA NO JAPÃO, MOMENTOS ANTES DO EMBARQUE PARA O BRASIL.....	28
Figura 4: A CHEGADA DAS FAMÍLIAS JAPONESAS NO BRASIL.....	28
Figura 5: FACHADA DAS CASAS ENTREGUES PELO INCRA, COM PORTAS E JANELAS AINDA ORIGINAIS.....	35
Figura 6: A COMPORTA DO RIO PIRANGI.....	40
Figura 7: PLANTIO DE HORTALIÇAS NO LOTE DA SRA. TEREZA NASCIMENTO DE LIMA.....	43

100
/

LISTA DE ABREVIATURAS

1. **ABRA** – Associação Brasileira de Reforma Agrária
2. **CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
3. **FUNRURAL** – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
4. **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
5. **IBRA** - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
6. **INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
7. **INDA** - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
8. **INIC** – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
9. **PIC/PIUM** – Programa de imigração e colonização do pium
10. **SCJB** - Serviço de Colonização Japonesa no Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 - POLÍTICA AGRÍCOLA E A EXPERÊNCIA DO NÚCLEO COLONIAL DO PIUM	14
1.1 – O Pós-guerra e a Política Agrária no Brasil:	14
1.2 – A Formulação Legal do Núcleo Colonial do Pium:	19
1.3 – A Implantação do “PIC/PIUM”	21
1.3.1 - <i>A Distribuição das Terras</i>	22
1.3.2 - <i>A Política de Financiamento</i>	24
1.3.3 - <i>A Estrutura Social dada pelo Governo aos Colonos</i>	24
1.3.4 - <i>A Produção agrícola no Pium</i>	26
2. “A COLÔNIA DO JAPONÊS”	29
2.1- <i>O Tratado da Amizade: Brasil e Japão</i>	29
2.2 - <i>Os Japoneses nas Colônias do Nordeste</i>	31
2.3 - <i>O Japonês do Vale do Pium</i>	32
3 – O DECLÍNIO DA COLÔNIA AGRÍCOLA DO “PIUM DO JAPONÊS”	37
CONCLUSÃO	44
BIBLIOGRAFIA E FONTES:	46
ANEXOS	49

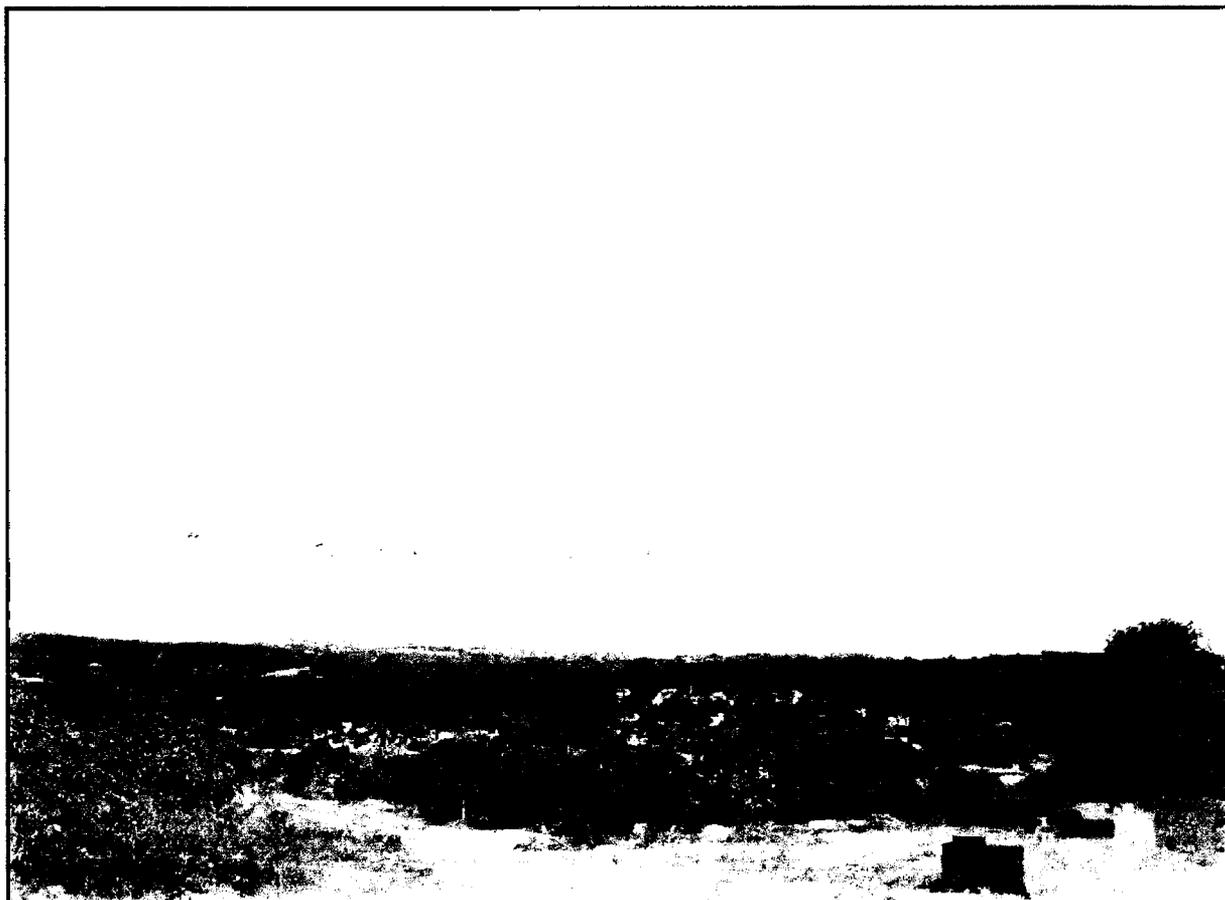


Figura 1: VISTA PARCIAL DO VALE DO PIUM ONDE SE LOCALIZOU A ANTIGA COLÔNIA AGRÍCOLA.
AUTOR: WILSON FELIX
DATA: JUNHO/2003

INTRODUÇÃO

Compreender a implantação do Núcleo Colonial do Pium, percebendo o momento histórico em que esse processo aconteceu, e analisar os fatores que intervieram na formação, expansão e declínio do Núcleo, foram as preocupações que nortearam o presente estudo.

A formação da Colônia Agrícola no Vale do Pium se iniciou no ano de 1953, a partir do acordo estabelecido entre o governo do Estado do Rio Grande do Norte e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Objetivava-se desenvolver a agricultura nas regiões ainda desabitadas do Estado, e com isso, suprir a carência que havia no mercado nacional no setor de alimentação. Para compor o quadro de colonos, contou-se com a presença de pessoas vindas de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Norte e do Japão, que para o local imigraram objetivando receber seus respectivos lotes de terra.

O interesse em estudar o Núcleo Colonial do Pium surgiu a partir da convivência que passamos a manter com o local desde 1999. Nessa convivência fomos observando algumas famílias de antigos colonos que ainda hoje permanecem no local, com seus lotes preservados, quase integralmente, inclusive sendo utilizados como fonte de subsistência.

Na conversa com os moradores fomos descobrindo as primeiras informações sobre a colonização e nos inquietando sobre o significado daquele processo colonizador. Paralelamente ao nosso contato, as discussões no Curso de História nos estimulavam a compreender as particularidades do cotidiano das pessoas comuns. Unindo esses dois aspectos decidimos realizar um estudo sobre o que foi a colonização no Pium.

Nosso ponto de partida de investigação foram as produções acadêmicas, que representam um permanente esforço para a apreensão do conhecimento do processo que se estabeleceu no Vale do Pium. No entanto, esses trabalhos apresentam enfoques diferenciados sobre o tema, o que se constitui uma dificuldade em estabelecer um referencial teórico mais específico.

Também na historiografia norte-rio-grandense, não encontramos obras que abordem o tema de forma específica, e durante a realização do nosso trabalho constatou-se que, lamentavelmente, o INCRA, órgão responsável pela distribuição dos lotes e apoio técnico à Colônia, não dispõe mais do seu importante acervo documental, e diante da impossibilidade de localizar o material, principalmente o que refere-se ao Núcleo Colonial do Pium, acreditamos que o acervo de tal instituição não mais exista.

apresentação

fontes
 Como forma de complementar a documentação oficial referente à existência do Núcleo Colonial do Pium, que é precária e quase inexistente, utilizamos como recurso de apoio à Oralidade, utilizando-a e reconhecendo-a como um instrumento capaz de colocar novos elementos à disposição dos interessados na leitura da sociedade, e não como um mero substitutivo para as carências documentais.

O Vale do Pium encontra-se situado à 24 km de Natal e a 23 km de Parnamirim, na Zona Sul da faixa litorânea do Estado do Rio Grande do Norte, com um clima tropical do Nordeste Oriental, e é dividido pelo rio que carrega o mesmo nome do Vale. Esse rio estabelece a divisa entre dois Municípios: a área situada à margem leste pertence ao Município de Parnamirim; a outra margem, a oeste, pertence ao Município de Nísia Floresta, sendo nesta margem que se estabeleceu o Núcleo Colonial do Vale do Pium.

Atualmente Pium é considerado um bairro de pequenas dimensões, que vem sendo absorvido pela “Região Metropolitana de Natal na Zona Oriental do Estado do Rio Grande do Norte”, apresentando crescimento recente, influenciado, entre outros fatores, pelo adensamento urbano polarizado por Natal. O Pium deixou de ser visto como um pequeno aglomerado urbano e passou a ser considerado bairro pela Lei Municipal nº 841/94, que define toda a área que constitui o Município como perímetro urbano ou área de expansão urbana. A justificativa dada pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Parnamirim para que um Município seja considerado área urbana, provém da comprovação de um crescimento acelerado, como por exemplo, o recebimento de um contingente populacional deslocado de outras regiões, provocando assim um crescente adensamento urbano.

O corte cronológico para o nosso estudo delimitou-se ao período de existência do Núcleo, compreendido entre o ano de 1954, período esse em que o INCRA entregou os lotes de terras aos colonos, e o ano de 1959, período em que o órgão deixou de prestar assistência aos colonos que terminavam de pagar pela posse da terra.

Os dados utilizados no desenvolvimento desta pesquisa foram encontrados em estudos bibliográficos e fontes primárias, por meio de leitura e análise de trabalhos selecionados de acordo com sua pertinência para o aprofundamento do estudo proposto, enfatizando as observações sobre a Colônia e o processo de imigração dos japoneses para o local.

Foram utilizadas as abordagens teóricas que tratam da problemática da Reforma Agrária e de colonização no Brasil, encontradas nas obras de Laranjeira (1983), “Coloniza-

ção e Reforma Agrária no Brasil”; e na de Linhares e Silva (1981), “História da Agricultura Brasileira, Combates e Controvérsias”.

Quanto à análise da presença de famílias japonesas no Vale do Pium, destacaram-se os trabalhos de Waldemar Valente (1978); “O Japonês no Nordeste Agrário: Aspectos Sociocultural e Antropológicos”, que nos proporcionou o acesso a informações sobre o processo de imigração dos japoneses para as áreas agricultáveis do Nordeste do Brasil; e Veríssimo de Melo (1973), “Ensaio de Antropologia Brasileira”, que em sua análise antropológica aborda, dentro do processo de imigração dos japoneses para o Brasil, os aspectos da aculturação e das influências sofridas e exercidas por eles. Melo dedicou parte de seu trabalho à observação das famílias japonesas estabelecidas no Vale do Pium no período da fundação da Colônia Agrícola.

Especificamente sobre o Pium, foram utilizados como fontes, os resultados das seguintes pesquisas: “A Colônia do Pium do Japonês” (Dantas, 1982), que possibilita o entendimento dos processos históricos que influenciaram no crescimento de Pium e no declínio da Colônia Agrícola. Quanto a dados secundários mais recentes, utilizou-se de pesquisas desenvolvidas durante os anos de 1999 e 2002, as quais encontram-se nos trabalhos apresentados em forma de monografia e dissertação denominados: “Reforma Agrária na Comunidade “Nipo Brasileira do Núcleo Colonial do Pium” ” (Monografia, Hermes, 2002), que articula reflexões sobre a problemática do processo de Reforma Agrária dentro do universo brasileiro e como esse processo refletiu no Núcleo Colonial do Pium; “O Que Fica no Caminho: Conseqüências Socioespaciais Decorrentes da Duplicação da Rota do Sol em Pium” (Dissertação, Lima 1999a); e “Transformações no Uso e Ocupação do Solo de Pium Provocados Pela Duplicação da Rota do Sol” (Dissertação, Lima 1999b).

Essas pesquisas (1999a, 1999b), constataram a existência de mudanças no uso e na ocupação do solo nessa localidade, apontada pela comunidade algumas vezes como sendo negativa, outras como benéfica, porém sempre referida como provocadora de alterações no seu cotidiano.

Para avaliar a relação existente entre a situação dos atuais moradores e da situação do período da Colônia, utilizou-se na presente pesquisa dados primários, que foram obtidos através de pesquisa de campo, por meio de aplicação de questionários na comunidade (ANEXO 1), e registros fotográficos, usados como resultado do levantamento “*in loco*” das características atuais da área e da comunidade residente.

A coleta de informações no campo ocorreu no período de janeiro a junho de 2003. A delimitação do recorte da área estudada foi possibilitada através do trabalho de reconhecimento de campo e pelo registro fotográfico das principais características encontradas no local, remanescentes do período da Colônia.

O universo analisado foi definido como o local em que foi implantado o assentamento no Vale do Pium. E como procedimento adotado para a aplicação das entrevistas foram escolhidas as famílias ainda domiciliadas no local e que participaram, de alguma forma, da Colônia Agrícola, representadas por aqueles membros que realmente viveram o processo.

Esse trabalho foi sistematizado partindo das remanescentes detectadas no local, tais como a presença de algumas famílias que permanecem em seus lotes recebidos diretamente do INCRA, inclusive ainda o utilizando como fonte de sustentação; e algumas famílias de japoneses também procedentes do Núcleo Agrícola.

O auxílio desses dados primários e as referências teóricas, permitiu chegar próximo da essência do processo de formação da Colônia Agrícola e dos fatores que influenciaram na sua expansão e no seu declínio, como também das modificações ocorridas na comunidade do Pium em suas condições socioespaciais. Neste sentido, essas informações possibilitaram a formação dos elementos importantes para o entendimento das questões que nortearam o presente estudo, sendo elas:

- 1) - Quais os fatores que influenciaram na formação, expansão e declínio do Núcleo Colonial do Pium?
- 2) - De que maneira essas mudanças refletiram na vida da comunidade?
- 3) - Quais as tendências e perspectivas que essas mudanças proporcionaram para os moradores do local?

O presente trabalho está estruturado em três capítulos: o Capítulo 1 apresenta o momento da implantação do Núcleo Colonial do Pium, abordando os motivos que levaram os governos federal e estadual a investirem na criação do mesmo. Em seguida, o Capítulo 2 trata da presença dos imigrantes japoneses, sendo observadas as causas da vinda dessas famílias para o local e a participação dos mesmos na Colônia Agrícola, além do processo de aculturação sofrido por eles e a influência que os nipônicos exerceram na comunidade local. As causas que levaram o Núcleo a entrar em processo de declínio são analisadas no Capítulo 3.

metodologia

problematiza

1 - POLÍTICA AGRÍCOLA E A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO COLONIAL DO PIUM

1.1 – O Pós-guerra e a Política Agrária no Brasil:

A Segunda Guerra Mundial, ocorrida durante os anos de 1939 a 1945, alterou profundamente a economia internacional, que já se encontrava bastante abalada, principalmente para os países exportadores de alimentos e matérias-primas, desde 1929, quando ocorreu a quebra da bolsa de Nova York. No entanto, essa crise provocou o surgimento de debates de idéias direcionadas, entre outras coisas, para as questões sociais e econômicas dos países que passaram, durante a divisão dos países em blocos, a pertencer ao bloco dos países do “terceiro mundo”. Esses debates vão se intensificar nas décadas de 1950 e 1960.

Após a guerra, os agricultores de vários países passaram a reivindicar mais intensamente os seus direitos, principalmente onde as massas camponesas compreendiam as classes mais pobres. Pedia-se por melhores divisões de terras. Em alguns países como o Japão, a Reforma Agrária aconteceu através de simples medidas legais.¹

A crise econômica do pós-guerra, que atingiu principalmente as grandes potências mundiais (Estados Unidos e Europa), proporcionou determinado crescimento a alguns países da América Latina, entre eles o Brasil. Esse crescimento se deu, prioritariamente, na área da industrialização e exportação, principalmente na produção de bens de consumo, que ganhou expansão mundial a partir da década de 1950. Com isso, surgiu também a necessidade de se suprir o mercado interno. O mercado brasileiro, concomitantemente ao quadro mundial, investia em setores como a siderurgia, infra-estrutura, expansão do crédito, reorganização político-administrativa, organização sindical e abastecimento entre outros.²

A industrialização brasileira, que se desenvolveu mais efetivamente nos grandes centros urbanos do sul do país, agravou alguns problemas que refletiam no setor agrícola. Um deles foi o aumento do êxodo rural: o camponês abandonava o campo e seguia para os grandes centros urbanos que se industrializavam, o que provocou nesses centros o surgimento de uma grande massa de trabalhadores. No entanto, é importante lembrar que esse

¹ LINHARES, Maria Yedda/SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira** Combates e Controvérsias. p.37

² id., ibid., p.38

desenvolvimento da indústria no Brasil esteve ligado à hegemonia do capitalismo norte-americano, o que representa a subordinação do nosso país diante do imperialismo estadunidense.

Além da subordinação aos Estados Unidos, a industrialização brasileira nos anos 50/60 sentia uma outra dificuldade, que era a problemática do abastecimento desses grandes centros urbanos. Esse problema tornava-se ainda maior por causa da estrutura fundiária (os grandes latifúndios), que até os dias atuais proporcionam uma limitação na capacidade produtiva do país, principalmente de suprir o mercado interno com gêneros alimentícios de primeira necessidade. Linhares nos coloca que: “*Esse atraso na agricultura provoca o atraso no desenvolvimento urbano.*”³ O atraso no setor agrícola também foi provocado pela falta de salários assegurados para o agricultor, o que também impulsionou o êxodo do camponês, principalmente o nordestino.

Para Raymundo Laranjeira, juiz do trabalho e professor titular de direito agrário na Bahia:

*“A reforma agrária no Brasil atenta não só para a necessidade de imprimir mais oferta de alimentos ou outras utilidades no país, mas também para solucionar o conflito que se projeta no meio rural, entre os que detém os bens de produção e os que não os possuem, conduzindo-os à condição de igualdade. Por isso, teria que pressupor a ação de correção na estrutura fundiária, com desapropriação efetiva dos latifúndios, minifúndios, seguindo-se a redistribuição terreal contemporaneamente, a toda a modalidade de assistência pelo Estado.”*⁴

Após a Segunda Guerra Mundial surgiram as primeiras tentativas de implantar leis em benefício da Reforma Agrária no Brasil. Os primeiros projetos de lei, apresentados para aprovação da Reforma Agrária no Brasil, começaram a tramitar no Congresso Nacional a partir de 1951, através do Deputado Federal Nestor Duarte, mas só em 1962, o tam-

³ id., ibid. p.40

⁴ LARANJEIRA, Raimundo. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**. p. 126

bém Deputado Federal Coutinho Cavalcante, apresenta uma proposta de desapropriação em benefício da Reforma Agrária que consegue ser aprovada.⁵

De acordo com Selma Hermes, “*a primeira iniciativa de reforma agrária de que se tem notícias no Brasil data de 1927. O fato ocorreu através da criação de um projeto de colonização criado naquele ano.*”⁶ No entanto, os debates sobre o assunto só se intensificaram durante o governo de Juscelino Kubitschek, que foi eleito em 1955, e foi exatamente nesse período, nas décadas de 1950 e 1960, que esses debates alcançaram o seu auge.

Os conflitos que impulsionaram esses debates, conhecidos também como “Lutas pela Terra”, aconteceram simultaneamente em quase todas as regiões do Brasil em período bem anterior. De acordo com a Prof.a Denise Monteiro, os trabalhadores rurais, os camponeses, contavam com o apoio e o incentivo de entidades populares, como as pastorais e os sindicatos que começavam a se organizar a partir da década de 1920, com as “Ligas Operárias”, que reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho.⁷ As reivindicações dos trabalhadores rurais tratavam da defesa de seus interesses, que eram de ganhar um lote de terra para plantar e sustentar sua família.

A situação agrária no Estado do Rio Grande do Norte e no resto do país é marcada pelo alto índice de concentração de terras: os grandes latifúndios. De acordo com o Censo Agropecuário de 1995 (dados do IBGE), 84% das terras produtivas pertencem aos grandes proprietários, e 16% restam para os pequenos proprietários, que cultivam suas terras com base na agricultura familiar.⁸ Esse quadro também refletiu nos conflitos que ocorreram na Zona Rural, e que impulsionaram o acontecimento dos debates sobre a problemática agrária no Rio Grande do Norte.

Apesar do problema dos “necessitados da terra”, dos que precisavam de um imóvel agrícola, da necessidade de uma nova organização de produção, só no ano de 1962, quinze anos após a entrada do primeiro projeto no Congresso Nacional, é que foram tomadas providências governamentais concretas no sentido de se dotar a nação de uma lei de Reforma Agrária - “*Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962 - que estabelece os casos de desapropriação de terras por interesse social.*”⁹

⁵ id., *ibid.*, p. 84

⁶ HERMES, Selma Maria. **Reforma Agrária na Comunidade “Nipo Brasileira do Núcleo Colonial do Pium.** p. 15

⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte.** p. 185

⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁹ LARANJEIRA, Raimundo. *Op.cit.*, p. 84

“O que se pretendia com a intervenção no âmbito agrícola era abrir o campo à exploração racional, de acordo com as diretrizes sociais razoáveis, pela conversão das propriedades tradicionais em modernas fazendas capitalistas, em propriedades familiares médias, em fazendas cooperativas médias, em grandes fazendas estatais, em função das condições locais e dos requerimentos operacionais da natureza das culturas.”¹⁰

Essas providências governamentais assinalavam numa primeira etapa que a Reforma Agrária dar-se-ia pelo aforamento de glebas aos parceiros do campo e, numa segunda etapa, comandaria a transformação das propriedades improdutivas em granjas familiares e cooperativas agrícolas. Quanto à produção de gêneros alimentícios, esta seria direcionada para o mercado interno e teria prioridade sobre qualquer outro emprego da terra, tornando-se obrigatória sua existência em todos os estabelecimentos agrícola-pastoris. O governo também fixaria a proporção mínima da área de cultivo de produtos alimentícios para cada tipo de exploração agropecuária nas diferentes regiões do país, e em todas as terras destinadas à cultura haveria rodízio, sendo a quarta plantação, forçosamente, de gêneros alimentícios para o mercado interno.¹¹

As metas da Reforma Agrária para um dos seus ideólogos, José Gomes da Silva, que tornou-se um dissidente da máquina governamental em 1964, e que em 1969 fundou a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), eram:

- Estimativas econômicas:
 - obter maior e melhor produção de alimentos;
 - conseguir liberação de mão-de-obra para os setores urbanos;
 - incrementar a formação de capital;
 - expandir o mercado consumidor de produtos industrializados;
 - aumentar a procura de produtos agro-industriais;
 - desenvolver a exportação de produtos agrícolas;
- Estimativas Sociais:
 - criar uma moderna sociedade;

¹⁰ GADILLE, Rolande. *As Políticas Agrárias*. Portugal, Cor, 1974, apud LARANJEIRA, Raimundo. *Colonização e Reforma Agrária no Brasil*. p. 127

¹¹ id., *ibid.*, p. 86

- despertar os valores da personalidade camponesa;
- construir uma vasta classe média rural.

Segundo Prado Júnior:

“A problemática da reforma agrária na década de 50 estava atrelada ao debate da superação da situação do atraso econômico em que o país, e a própria agricultura em particular, se encontravam. Hoje, os termos gerais em que se coloca o debate sobre a reforma agrária são outros, uma vez que não se pode falar do Brasil e do seu setor agropecuário, responsável por 30% (trinta por cento) das exportações nacionais, como se fossem exemplos de atraso econômico.”¹²

No início da década de 50, período que antecedeu a implantação do PIC/PIUM (Programa de Imigração e Colonização do Pium), no cenário político brasileiro, Getúlio Vargas acabara de se suicidar, Café Filho, o norte-rio-grandense, assumiu a Presidência da República, que tinha retornado aos princípios democráticos durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1950). Porém, Café Filho entrega a Presidência, que é assumida em 1955 por Juscelino Kubitschek.

Juscelino estimulou o desenvolvimento industrial, inclusive atraindo empresas estrangeiras para o Brasil. Fazia parte do seu plano de Metas, estimular setores como energia, transporte, indústria pesada, alimentação e a construção de Brasília. A política de J.K., no entanto, apresentou uma grande desproporcionalidade quanto ao incentivo que era dado entre as regiões Sudeste e Sul e as demais regiões brasileiras, como o Norte e o Nordeste. Enquanto as indústrias floresciam no Sul e Sudeste, no Norte e Nordeste aumentavam a fome e a miséria. Esse quadro impulsionava o abandono do campo, o que criava um outro problema que era a falta de gêneros alimentícios nos grandes centros urbanos que se desenvolviam. Linhares e Silva (1981), nos coloca que segundo a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura):

“A Reforma Agrária, que tem a agricultura familiar como o principal instrumento de base, depende de uma política agrária abrangente, que permita o acesso à terra a todos os trabalhadores sem terra. A consolidação dos assentamentos representa a passagem dos trabalhadores de um quadro de exclusão para

¹² PRADO JUNIOR, Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. 2^a ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979 p. 88

o de inserção produtiva. Para tanto, são necessárias linhas de crédito especiais, assistência técnica e investimentos em infra-estrutura social e produtiva.”¹³

1.2 – A Formulação Legal do Núcleo Colonial do Pium:

No Rio Grande do Norte, como no restante do Brasil, à medida em que ocorria o avanço das empresas capitalistas no campo, os trabalhadores rurais aumentavam o seu poder de resistência e lutavam para ter acesso à terra. Conforme levantamento realizado pelo INCRA sobre os conflitos de terra no Estado do Rio Grande do Norte, constatou-se que a luta pela terra se intensificou no início da década de 1950.

Diante deste contexto, e tentando cumprir todas as metas estabelecidas pelas leis nacionais de Reforma Agrária, em 20 de outubro de 1954, no governo de Sylvio Pedrosa, foi criada uma comissão de avaliação com a finalidade de beneficiar pequenos agricultores e que se responsabilizou pela instituição do Núcleo Colonial do Pium, que foi criado pelo Decreto n.º 48.596, de 22 de junho de 1953, com o Decreto Presidencial de n.º 582, de 15 de maio de 1952, e transferido o seu acervo para o então INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização), e depois para o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), e por fim, através do Decreto Lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1953, passou para o domínio e posse do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que incorporou o INIC e o IBRA.¹⁴

A “Colônia Japonesa”, ou, “Colônia do Japonês”, como também ficou conhecida desde a sua criação, foi implantada no ano de 1954, na área litorânea ao sul de Natal, no Vale do Pium, um dos pontos mais importantes situado nas proximidades de Natal, pois apresenta grande potencialidade para a produção de alimentos. Este fator provavelmente influenciou na escolha do local para implantação do projeto de assentamento de colonos, no caso, o projeto PIC/PIUM – Projeto Integrado de Colonização do Pium, situado no Município de Nísia Floresta, no Estado do Rio Grande do Norte. Dantas (1982), nos coloca que:

¹³ CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), apud Linhares e Silva, Op. cit. p.37.

¹⁴ Portaria N.º 339/54, de 3 de maio de 1954, publicada em Boletim Interno N.º 27, página 07 e autorizado pelo Exmo. Sr. Presidente do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

“Em trabalhos referentes aos vales úmidos do Rio Grande do Norte, constata-se que estas áreas possuem significativo potencial para a agricultura quando comparadas às demais regiões do Estado, principalmente em termos de recursos naturais especificamente água e solo.”¹⁵

A implantação do Núcleo Colonial do Pium pode ser caracterizada como Reforma Agrária, ou seja, uma reorganização planejada legal e institucionalmente, e que beneficiou famílias que tinham ligações com o trabalho agrícola mas que não tinham terras para cultivar. Tratou-se de um processo de redistribuição de terras promovido pelo governo do Rio Grande do Norte, apoiada pelo governo Federal através do INCRA e com a ativa participação dos próprios camponeses, objetivando sua promoção humana, social, econômica e política.

¹⁵ DANTAS, Laíce Cardoso. A Colônia do “Pium do Japonês. UFRN. Natal. 1982. p. 8.

1.3 – A Implantação do “PIC/PIUM”

Segundo informações colhidas junto aos moradores do local, as terras do Projeto Pium foram compradas pelo INIC, atual INCRA. Tratava-se de uma fazenda pertencente a Osvaldo Montenegro, leiloada pelo Banco do Brasil como pagamento de dívidas.

Em seu depoimento, colhido no dia 01 de maio de 2003, a Sra. Jarina Gomes dos Santos Mathsunay, professora de artes para pessoas idosas e com deficiências, que veio juntamente com seus pais fundar o Núcleo, o Sr. José Fortunato dos Santos e esposa, ambos falecidos, nos relatou que:

“A Colônia do Pium do Japonês foi fundada em 20 de outubro de 1954. O Sr. José Fortunato dos Santos, apesar de ser um homem de bom padrão financeiro, morador de Petrópolis em Natal, mudou-se, juntamente com a família, para o Núcleo Colonial de Pium, através de amizade com Osvaldo Lamartine, responsável pela Colônia na época.

A responsabilidade pelo local estava a cargo do INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização), porque a finalidade era também trazer para o local imigrantes. O Governador do Estado na época era Dinarte Mariz, que estava tentando inovar as técnicas agrícolas do Estado, e melhorar o abastecimento de alimentos, principalmente verduras, que antes tinham que vir de Recife e São Paulo, fez um acordo com o embaixador do Japão em São Paulo e trouxe para a Colônia 10 (dez) famílias de japoneses, que aqui chegaram no dia 10 de julho de 1956. Dois anos após a chegada das primeiras famílias brasileiras.

A parte administrativa do INCRA ficava onde atualmente se chama a Colônia de Cima. Lá ficava também a escola, o escritório, o ambulatório e as residências dos funcionários do INCRA que vieram trabalhar na Colônia.

Os cursos que eram trazidos para a Colônia, de Artes, Nutrição e Alimentação Alternativa (aproveitamento de cascas, etc.), eram realizados pela EMATER e ministrados por Socorro Gurgel. [A própria Sra. Jacinta desfrutou do aprendizado destes cursos, e hoje, o que aprendeu, é o seu trabalho.]



Figura 2: “A COLÔNIA DE CIMA”. ONDE SE ESTABELECEIA A ADMINISTRAÇÃO DO INCRA.
 AUTOR: WILSON FELIX
 DATA: JUNHO 2003

Dona Jarina foi professora de português para os jovens japoneses que passavam o dia trabalhando na lavoura, a noite se reuniam em sua casa para aprender português. E casou-se com um de seus alunos.

1.3.1 - *A Distribuição das Terras*

A área possui configuração bastante regular, tendo formato aproximadamente retangular, abrangendo um total de 1.973,7076 ha e foi dividido em quarenta e cinco lotes rurais, sendo distribuídas às 45 famílias, sendo 35 brasileiras e 10 japonesas, estas num total de 60 pessoas que vieram diretamente do Japão para ali se instalarem. A cada colono caberia a responsabilidade por 45 ha em terras altas e três dentro do Vale propriamente dito, totalizando cada lote uma média 50 ha, abrangendo cada lote, 3 (três) áreas distintas e descontínuas conforme os tipos de solos caracterizados como:

“Terreno de várzeas” caracterizado pela presença de solos alternadamente argilosos e turfosos, que recebem a denominação popular de *“paul”*. Trata-se de solo geralmente hidromórfico, ácido, com elevado teor de matéria orgânica ainda em decomposição, o que propicia alta fertilidade. É um solo de cor escura, PH variando de 2,6 a 5,5, e lençol freático próximo à superfície.

“Terreno de encosta” ou “arisco”, situado nas encostas das elevações, é constituído principalmente por material areno-argiloso, arrastado da porção superior pelas águas pluviais. Esta capa arenosa superficial repousa sobre material silítico-argiloso mais compacto pertencente às barreiras. Sua fertilidade aparente já é mais baixa que as do solo de várzea. É um solo de cor amarelo-claro, e de fácil lixiviação, PH variando de 5 a 6, lençol freático variando entre 15 a 20 m, havendo ainda por vezes, afloramento de rochas graníticas e concreções lactícias no subsolo. A maioria dessas terras é explorada com culturas permanentes (fruticultura).

“Terrenos de Topo” ou “tabuleiro”, são terrenos planos, situados no topo das elevações existentes. São constituídos por uma capa de areia intensamente lixiviável de espessura variada, onde tanto a drenagem superficial como a fertilidade são deficientes e impróprias às atividades agrícolas. Possui uma cor amarelo-claro, arenoso, com traços de silte, PH variando de 4,5 a 5, e o lençol freático variando de 30 a 40 m.¹⁶

O Núcleo Colonial do Pium é margeado por um rio de vazão perene, o qual carrega o mesmo nome do vale, e apresenta cheias e inundações no período chuvoso. Os poços artesianos, construídos na localidade, mostram capacidade máxima de vazão, variando entre 5 a 100 m³/h, com águas de excelente qualidade química, com baixo teor de sódio e podendo ser utilizada para todos os fins.

Os recursos hídricos de superfície da região, são representados por rios e riachos perenes, destacando-se o rio Cajupiranga, cujo curso foi “corrigido”, servindo agora de linha demarcatória da área em foco. O clima especificamente dominante é quente e úmido, com chuvas de verão distribuídas em dois períodos e com uma curta estação seca intercalada. O total pluviométrico médio anual é igual a 26°C, variando entre 25°C a 30°C, com a umidade relativa do ar em torno de 80%, e com uma precipitação média anual de 1.300 mm. Nas proximidades do núcleo, existe uma lagoa denominada Lago Azul, com espelho d’água de aproximadamente 6 km². Limita-se ao Norte com a propriedade Engenho Velho,

¹⁶ id., Ibid., p. 11

ao Sul com o Sítio dos Coqueiros; a Leste com o Rio Pium e o Pirangi, que faz a divisa com Parnamirim; e ao Oeste com Pium de Cima.¹⁷

1.3.2 - *A Política de Financiamento*

Em depoimentos recolhidos de antigos colonos, mas que permanecem como moradores do local, soubemos que, inicialmente a casa e o lote eram do INCRA, e somente a produção pertencia aos colonos. Após o período de carência, que era de cinco anos, a dívida da casa e da terra poderia ser saldada e o colono recebia a documentação de posse definitiva, passando a ser o proprietário da terra.

Durante a atuação do INCRA, houve incentivos à agricultura através de financiamentos para insumos, assistência técnica, posto de saúde, escola e facilidades para transportes e comercialização. Neste aspecto Dantas (1982), comenta:

“Foram-lhes facilitados os meios de transporte não só para a locomoção até a cidade, como e principalmente, para o carreto dos produtos das colheitas, que são colocados à venda em postos criados em vários pontos da Cidade, assegurando aos colonos a colocação imediata de sua produção, de modo a permitir a comercialização dos mesmos.”¹⁸

em depoimentos?

1.3.3 - *A Estrutura Social dada pelo Governo aos Colonos*

De acordo com os entrevistados, o projeto do Núcleo Colonial do Pium, desde o seu começo, incluía os programas de saúde, onde eram tratados temas como planejamento familiar, pré-natal, cuidados com o parto, cuidados com recém-nascidos, alimentação, higiene, DST, profilaxia e doenças endêmicas e epidêmicas, que eram bem comuns aos moradores do Núcleo. Os agentes de saúde preocupavam-se desde a higiene da habitação até a

¹⁷ id., Ibid., p. 12

¹⁸ id., ibid., p.16

higiene dos arredores das residências, incluindo galinheiros, pocilgas, curral, poços, fossa e a horta. Ainda na área da saúde, chegou a se estabelecer um acordo entre o INCRA, o FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), na época presidido pelo Sr. Hélio Borges Rodrigues, e a Secretária de Saúde do Estado, presidida pelo Dr. Genivaldo Barros. O objetivo do acordo era beneficiar os parceiros e trabalhadores rurais do Projeto com um programa de saúde de natureza preventiva e reparadora, buscando a melhoria da saúde dos mesmos e a promoção do seu bem estar para a produção. Dessa forma estaria integrado o fator saúde no processo de desenvolvimento da Colônia. Para tanto foi construído um mini-posto de Saúde, que tinha a coordenação técnica e administrativa realizada através do posto de Saúde do Alecrim. Atualmente, esse mini-posto de Saúde está sob a responsabilidade da Prefeitura de Nísia Floresta.

O posto de saúde contava com um médico e uma assistente, que atendiam semanalmente os moradores da Colônia. A escola atendia crianças na escolaridade de 1ª a 4ª série primária (atual ensino fundamental). Da 5ª série em diante era necessário o deslocamento para Natal ou Parnamirim para complementar os estudos.

Outro programa oferecido era de Economia Doméstica. Tratava-se de um plano básico de treinamento sobre nutrição, habitação, vestuário e artes domésticas. Um dos propósitos desse treinamento era apresentar conhecimentos sobre o aparelho digestivo e a classificação dos alimentos. Pretendia-se proporcionar oportunidades de planejamento das refeições priorizando os valores nutricionais de cada grupo alimentar, e com isso terminarem os tabus alimentares, pois ao japoneses tinham trazido para a Colônia frutas e verduras desconhecidas na região.

Havia também programas de Educação Sanitária, Educação para o trabalho, Educação Alimentar, Educação Comunitária e a indústria artesanal, que surgiu como uma fonte de renda auxiliar para a família rural; e a Educação Cooperativista, que objetivava apoiar a cooperativa, que era uma associação criada para os colonos com a finalidade de vender cereais, e os demais produtos produzidos na Colônia, por preços mais acessíveis.

Os recursos usados para produção de artesanato eram materiais encontrados na própria região. Produzia-se cestaria, esteira, trançados, tecelagem, cerâmica e outros. A produção estava relacionada às matérias-primas encontradas na região e na disponibilidade do mercado. Os cursos duravam entre um ano a um ano e meio e eram oferecidos pelos

técnicos da Delegacia Regional do trabalho do Rio Grande do Norte e pelos técnicos do INDA/RN (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário).¹⁹

Além destes serviços, o INCRA oferecia também agrônomos para orientar as plantações na escolha de sementes, no emprego de adubos e inseticidas por exemplo, e facilitava, através de financiamento, a compra de insumos, além de emprestar tratores e outros tipos de máquinas aos colonos.

1.3.4 - *A Produção agrícola no Pium*

Outras informações, que também foram obtidas junto aos moradores da localidade, referem-se à produtividade da Colônia. Há uma unanimidade de opiniões quanto a esta questão, todos colocam que na fase de assessoramento do INCRA ao projeto, houve uma significante prosperidade na produção de hortifrutigranjeiros.

Quanto à comercialização da produção do Núcleo Colonial do Pium, Dantas (1982), faz referência a uma nota publicada pelo Jornal Tribuna do Norte no ano de 1957, onde podia-se ler a seguinte manchete:

“Funcionando diariamente o posto de revenda de hortaliças do Núcleo Colonial de Pium, no mercado da Cidade Alta. Verduras e legumes da melhor qualidade são vendidos à população, obedecendo ao sistema de filas, pois tem sido grande o número de pessoas que vem adquirindo as hortaliças de Pium.”²⁰

Entre as culturas produzidas na Colônia Agrícola do Vale do Pium, encontrava-se banana, caju, côco, goiaba, manga, melancia, mamão, melão, batata, pimentão, tomate, repolho, macaxeira, jerimum, arroz, milho e feijão, sendo que a banana era a principal cultura comercial da área; o mamão, a melancia e o melão eram a terceira cultura da região. Convém salientar que a introdução do melão na área foi feita pelos japoneses, o que o caracterizou até os nossos dias como “melão japonês”, sendo bem aceito por partes dos

¹⁹ HERMES, Selma. Op., cit., p. 12

²⁰ DANTAS, Laice Cardosos. Op., cit., p. 9

brasileiros, que tanto o incluíram nas plantações como nas mesas. Foram os japoneses que trouxeram as primeiras sementes da espécie juntamente com outras sementes desconhecidas para nós brasileiros e nordestinos. A partir do segundo ano de estabelecimento da Colônia, a produção de frutas e legumes passou a ser boa, principalmente a produção de melão, que em seus dias de glória, chegou a ser exportado até para o Estado do Rio de Janeiro por via aérea. O caju e a manga são frutos praticamente nativos da região, encontrados principalmente nos “*ariscos*”.

Os colonos preferem os terrenos de várzeas para suas culturas por serem férteis, hidromórficos e com alto teor de matéria orgânica. O “*Paul*”, como é conhecido popularmente, não requer grandes despesas com os adubos e irrigação como as terras de “*arisco*”.

A produção era destinada para consumo e para a venda. A venda era realizada no local, quando era entregue a atravessadores, nos postos destinados pelo INCRA, e em feiras livres como a de Natal e de Parnamirim, sendo esta última o local favorável e preferido pelos colonos para comercializar seus produtos.

Além dos postos de venda onde o colono vendia as suas mercadorias diretamente ao consumidor, sem interferência de intermediários, o INCRA oferecia também os meios de transporte para a locomoção dos colonos e dos seus produtos.



Figura 3: AS FAMÍLIAS JAPONESAS QUE VIRIAM PARA O VALE DO PIUM, AINDA NO JAPÃO, MOMENTOS ANTES DO EMBARQUE PARA O BRASIL.
AUTOR: ACERVO PARTICULAR DA Sra. HATSUÊ KATAIAMA



Figura 4: A CHEGADA DAS FAMÍLIAS JAPONESAS NO BRASIL.
AUTOR: ACERVO PARTICULAR DA Sra. HATSUÊ KATAIAMA

2. “A COLÔNIA DO JAPONÊS”

“Até o momento, a presença do japonês na população do Nordeste, em particular no seu meio agrário, constitui assunto de estudo inteiramente virgem. Investigador interessado no tema, diretamente em nada será ajudado pela informação bibliográfica. Esta, praticamente não existe, embora uma ressalva deva ser feita: a monografia do Antropólogo Veríssimo de Melo, na qual se encontra pequeno, mas sugestivo capítulo sobre o Núcleo Agrícola de Pium, em Nísia Floresta, (antigo Município Papari) Rio Grande do Norte.”²¹

2.1- O Tratado da Amizade: Brasil e Japão

Apesar de ter ocorrido alguns contatos anteriores de caráter isolado, pode se dizer que o relacionamento oficial entre o Brasil e o Japão se iniciou com a celebração, entre as partes, do Tratado da Amizade, Comércio e Navegação, ocorrido em Paris, em 5 de novembro de 1895. O documento foi assinado, após alguns meses de negociação, entre os representantes diplomáticos dos dois países, acreditados junto ao governo da França, os ministros Gabriel de Toledo Piza e Almeida e Arasukê Soné.

Podemos dizer que houve um encontro de interesses entre as partes para chegarem à celebração do Tratado. Da parte brasileira, a necessidade de resolver a questão da falta de mão-de-obra nas fazendas de café, principalmente na região de Mogiana, e mais tarde, no desbravamento da parte ocidental do Estado de São Paulo e norte do Estado do Paraná. Do lado japonês, havia a política de imigração adotada desde o princípio de sua modernização, que se iniciou com a era Meiji (1868), com o propósito de aliviar a tensão social causada por seu alto índice demográfico. Em 1897 instalou-se os devidos consulados em ambos os países. Se esperava que as imigrações começassem imediatamente. No entanto, a queda do preço do café frustrou a expectativa.

Em 1904, o café retoma seu valor no mercado mundial, e em 1905, o Japão estava enfrentando a recessão pós-guerra russo-japonesa, o que impulsionou a retomada do pro-

²¹ VALENTE, Waldemar. *O Japonês no Nordeste Agrário*. p. 36.

jeto de imigração. Em 1907, Brasil e Japão assinaram, no dia 6 de novembro, um contrato prevendo a vinda para o Brasil de 3.000 imigrantes japoneses nos três anos seguintes.

Com base neste contrato, o primeiro contingente de 791 imigrantes embarcou no vapor Kasato Maru, que desembarcou no porto de Santos, no dia 18 de junho de 1908. A situação do Japão após a Primeira Guerra Mundial piorou, principalmente na zona rural. Os Estados Unidos, que era o lugar preferido dos imigrantes japoneses, promulgou uma lei de imigração de 1924, proibindo a entrada dos imigrantes japoneses naquele país.

A partir de 1917, o governo japonês fundiu as empresas particulares de imigração em uma estatal, que passou a subsidiar as passagens dos imigrantes que queriam vir para o Brasil. Com isso, entre os anos de 1928 a 1935, entraram no Brasil cerca de 108.258 imigrantes japoneses, somando-se aos 190.000 que aqui já se encontravam.

Em 1934 no Brasil, é aprovada, na Assembléia Constituinte, o projeto de lei - a chamada lei 2%, considerada pelo Japão “antinipônica”, visando limitar, por meio de cotas, a entrada de imigrantes, que passou a ser, no caso japonês, de 2.849 pessoas por ano.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, as relações diplomáticas entre o Japão e os países americanos, com exceção da Argentina, a partir de 29 de janeiro de 1942, foram interrompidas. Só com a assinatura do Tratado da Paz de São Francisco, em abril de 1952, as relações diplomáticas foram restabelecidas e as discussões para o reinício da imigração foram retomadas. A chegada dos japoneses aumentou a partir de 1953, com a intervenção de diversas entidades que se responsabilizaram pela vinda de novos imigrantes.²²

O governo brasileiro pedia que o imigrante japonês estivesse habituado às práticas agrícolas; que conhecesse de agricultura o suficiente para ocupar os espaços vazios do Nordeste; e que suas práticas e técnicas utilizadas na agricultura – principalmente as que mais se ajustavam à nossa realidade agro-ecológica – pudessem ser absorvidas e aproveitadas pelo brasileiro. Intencionava-se, com isso, melhorar as condições de abastecimento alimentar do país. E ainda: Ao chegar ao Brasil, o imigrante japonês era submetido a uma triagem, levando em consideração, condições de saúde física e mental, de instrução e conhecimento agrícola.

²² UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. A Imigração Japonesa: Passado, presente e futuro”. Artigo para Cadernos de Memórias nº 5, publicação editada pelo Museu da República, Professor Doutor Masato Nino-miya. Faculdade de Direito.

“O Japão, considerado o “Pais dos Cultos”, concentrou no culto à Natureza toda sua impressionante força de mentalização. Na pintura, na gravura, quase sempre representando a Natureza em seus diversos aspectos, revela a alma japonesa admirável sensibilidade”²³

2.2 - Os Japoneses nas Colônias do Nordeste

No Nordeste, os japoneses eram aglomerados em núcleos coloniais agrícolas, sob o controle de órgãos encarregados de dar-lhe assistência, como por exemplo do extinto INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização), e particularmente do SCJB (Serviço de Colonização Japonesa no Brasil), e das secretarias Estaduais de Agricultura, do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), também do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Este último absorveu o INDA e o IBRA. Os colonos recebiam vários tipos de apoio, entre eles o financeiro, o técnico, educação e saúde.

Foram quatro os Estados do Nordeste que receberam os japoneses em seus respectivos Núcleos Agrícolas. Foram eles: Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. Nessas colônias, os nipônicos eram colocados em condições de igualdade com as famílias brasileiras. Japoneses e brasileiros, vivendo no mesmo solo, sob as mesmas influências ecológicas, recebem das autoridades do Brasil assistência em igualdade de condições, tanto financeira quanto técnica, educacional, social e médico-sanitária.

A aplicação do sistema misto colonial objetivou, de um lado, a facilidade de integração dos grupos nipônicos com os brasileiros através da maior aproximação nas áreas agrícolas; e de outro, tornar acessível o conhecimento e a aprendizagem, por parte dos brasileiros, de técnicas e práticas da agricultura e avicultura trazidas pelos japoneses e que se percebia como de utilidade para a economia rural e para o abastecimento alimentar dos núcleos urbanos e principalmente das metrópolis.²⁴

²³ VALENTE, Waldemar. *O Japonês no Nordeste Agrário*. p. 34.

²⁴ id., *ibid*, p. 43²⁵ MELO, Mário Lacerda de. *A Colonização e os Problemas Agrários do Nordeste*. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Recife, 10,1961. p.28.

²⁵ MELO, Mário Lacerda de. *A Colonização e os Problemas Agrários do Nordeste*. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Recife, 10,1961. p.28.

Para o geógrafo Mário Lacerda de Melo: “*Os Núcleos coloniais de Pium, no Rio Grande do Norte, e Bonito, em Pernambuco, onde se encontram famílias japonesas, poderiam ser visto como germes transformadores dos sistemas agrícolas regionais.*”²⁵

Os imigrantes japoneses que vieram para as colônias agrícolas do Nordeste, eram vistos de forma bastante positiva no que refere aos seus desempenhos junto a essas colônias. Através das análises bibliográficas e das fontes primárias, percebeu-se que não há divergências de opinião quanto a esse aspecto. Os nipônicos eram vistos como pessoas bastante dispostas para o trabalho, inovadores em suas técnicas de plantio, e os estudos faziam parte do cotidiano dos mais jovens. Chegavam a trabalhar das 5 h até às 18 h, só com intervalo para as refeições, e não raro, trabalhavam à noite, até às 22 h. Eram considerados excelentes agricultores, aprendendo o que achavam válido nos nossos processos agrícolas.

2.3 - O Japonês do Vale do Pium

De acordo com Melo (1973):

*“ Em 1960, no Rio Grande do Norte, havia dezenove famílias japonesas. Os primeiros imigrantes dessa nacionalidade para o nosso estado. Nove famílias no Vale do Fonseca, em Maxaranguape. Dez no Pium, em Nísia Floresta, ao lado das 35 famílias de brasileiros. Os nipônicos do Vale do Pium, com exceção de Taeshi Nojima, chegaram em julho de 1956. Depois de um período de adaptação, iniciaram o plantio de hortaliças, banana, arroz, melões, etc., abastecendo o nosso mercado público e chegando mesmo a exportar produtos para o Recife.”*²⁶

Em cinco anos de existência da Colônia Japonesa no Pium, nasceram nove nisei: oito meninos e uma menina. Todos foram batizados na religião católica. Não há registro de mortes entre os recém-nascidos.

²⁶ MELO, Veríssimo. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. p.168.

Em matéria de alimentação, aculturaram-se rapidamente. As mulheres aprenderam, com facilidade, os pratos nordestinos. O *hashi* – os dois pauzinhos – foi rapidamente substituídos pelo talher tradicional ocidental.²⁷

Alguns dos imigrantes mais velhos, trouxeram com eles artes milenares de seu povo, o que até os dias de hoje pode se encontrar em algumas residências de seus descendentes no Pium, como a *Ikebana* – componente da tradicional arte dos arranjos florais ocidentais, de ordem decorativa ou ornamental, - e o *Bonsae* - que é a arte de transformar árvore comuns em miniaturas.

No Núcleo Colonial do Pium houve uma repulsão entre japoneses e brasileiros. Não havia cooperação nem entre os próprios nipônicos. Cada família só podia contar com os seus próprios membros. Viviam praticamente fechados em seus respectivos clãs. Sra. Hatsuê, que ficou viúva logo nos primeiros anos de sua chegada ao Vale do Pium, nos contou que: “*Passava o dia trabalhando e a noite chorando...*”²⁸ pois não tinha com quem contar para ajudá-la a criar os sete filhos ainda pequenos, não conseguia sequer se comunicar, pois o idioma foi um grande divisor de territórios entre brasileiros e japoneses.

Quanto aos estudos dos jovens e adolescentes, após o dia de trabalho, ainda enfrentavam longas caminhadas por estradas escuras e carroçáveis até o ponto em que o coletivo escolar passava para recolhê-los. Durante o primário (atual ensino fundamental), o esforço era menor. Havia na Colônia uma escola mantida pelo Município de Nísia Floresta.

Segundo depoimentos, a qualidade do ensino não era muito boa, e as escolas reuniam crianças brasileiras e japonesas, tentando-se criar um meio de aculturação. No entanto havia a dificuldade do idioma, o que gerou um certo desconforto para algumas famílias japonesas que buscaram meios alternativos para educarem suas crianças, como tentar colocá-las em escolas mais preparadas mesmo que distantes.

Da 5ª série em diante, o esforço empreendido chegava a ser extraordinário. Eram crianças e adolescentes entre dez e dezoito anos, que trabalhavam de manhã e às vezes também à tarde, ajudando os pais na lavoura. As meninas trabalhavam iguais aos meninos como as mulheres trabalhavam iguais aos homens, e depois do trabalho enfrentavam caminhos, em alguns casos, no meio da mata, até chegar à estrada principal, onde pegavam o ônibus que os conduziam às escolas de Natal ou de Parnamirim, normalmente só chegando

²⁷ id., *ibid.*, p. 168.

²⁸ Sra Hatsuê Kataiama, antiga colona japonesa do Pium. Entrevista realizada em 22 de março de 2003.

em casa de volta em torno da meia-noite. As crianças nipônicas eram as mais bem comportadas e aprendiam com mais facilidade.

Na escolinha do Pium estavam matriculados 85 crianças, entre meninos e meninas. Niseis e japoneses tinham ótimo comportamento, sendo bons estudantes de aritmética, com excelente grafia, mas sendo fracos em português e desenho.²⁹

O regime doméstico dos orientais normalmente são mais rigorosos que os dos ocidentais. No entanto não há nenhum registro nem depoimento de castigos corporais. As crianças e adolescentes estudam espontaneamente. É uma tradição esta, a de estudar, que vem do próprio Japão. (?)

É interessante observar que o nível de escolaridade alcançado entre as crianças e jovens japoneses foi bem mais elevado do que os filhos dos brasileiros, apesar de todos terem enfrentado os mesmos tipos de dificuldades. Entre os japoneses que chegaram no Vale do Pium ainda em idade escolar, todos conseguiram concluir o segundo grau, a maior parte na escola técnica (antiga ETFRN), e bem poucos não concluiu o terceiro grau; enquanto que, não há registro de nenhum filho de colono brasileiro que tenha alcançado o terceiro grau. O que se percebe através das visitas de campo é que a maior parte dos filhos dos colonos brasileiros tem um baixo nível de escolaridade.

Quanto à participação positiva dos nipônicos nas colônias, Valente (1978), nos coloca:

“ O elemento Humano do “sol nascente” é capaz, dadas as qualidades que conseguimos apurar, de responder de maneira positiva, ao desafio da colonização, como meio de solucionar ou atenuar os inúmeros problemas que afligem as populações das áreas rurais do Nordeste. Sobretudo, não perdendo de vista certa particularidade: o Núcleo Colonial do Pium, em Nísia Floresta, Rio Grande do Norte, é talvez, de todos os núcleos agrícolas japoneses do Nordeste, o que se apresenta em piores condições de clima, de solo e de assistência, no seu mais amplo sentido e, principalmente, no técnico.”³⁰

²⁹ MELO, Veríssimo. op., cit., p.169.

³⁰ VALENTE, Waldemar. Op., Cit., p. 45.

³⁰ id., ibid., p. 116.

Através do acervo icnográfico e de depoimentos, tivemos acesso a informações relacionada ao tipo de moradia que os colonos recebiam e que se encontravam implantadas nos respectivos lotes. No caso da Colônia do Pium, as residências eram as mais simples, comparadas com as demais colônias espalhadas pelo Nordeste, de telha vã, isto é, sem forro, com uma única sala, dois quartos, um pequeno espaço que servia como cozinha e um banheiro, não havia varandas e o piso era cimentado, a água era acumulada em tanques.

Apesar de Valente (1978), nos apresentar uma abordagem de tendências positivistas em sua análise, ele nos coloca:



Figura 5: FACHADA DAS CASAS ENTREGUES PELO INCRA, COM PORTAS E JANELAS AINDA ORIGINAIS.
AUTOR: WILSON FELIX
DATA: JUNHO/2003

“As casas de moradia, dependendo da situação econômica da família, oscilam entre excelentes residências de campo e pobres casas mal construídas, às vezes até sem reboco interno, embora sempre de alvenaria. Em alguns núcleos, como os do Cabo, em Pernambuco, e Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte, as casas, não só de leve evocam as de tradição japonesa, como são mais pobremente construídas.”³¹

³¹ id., *ibid.*, p. 116.

Hermes (2002) nos coloca que os imigrantes japoneses que vieram para o Vale do Pium, eram das cidades de *Kumamoto-Kem*, *Kanagawa-Kem*, *Totsuqui-Kem*, *Tokio* e de outras cidades menores. Para serem selecionadas, as famílias teriam que possuir no mínimo três membros com mais de 16 anos e que pudessem trabalhar na lavoura.

Ainda de acordo com Hermes (2002), Os japoneses destacaram-se no cultivo de novas e mais produtivas variedades de frutas e verduras, e posteriormente introduziram a plantação de flores. A nova tecnologia de produção das famílias japonesas e sua eficiente organização rural expressou-se na criação e participação de importante cooperativa agrícola do Pium.

O antigo panorama agrícola do Rio Grande do Norte, caracterizado pela predominância maciça da cultura da mandioca, batata doce e feijão, sofreu importantes transformações com a chegada das novas culturas agrícolas trazidas pelos japoneses para o mercado interno, e que, por este não comportar as safras provenientes do Vale Verde do Pium, ampliou-se a exportação para os Estados circunvizinhos como Paraíba e Pernambuco. Em seu período de ascensão, O Núcleo Colonial do Pium tornou-se o orgulho da cidade de Nísia Floresta.³²

Através das nossas entrevistas, constatamos que somente três famílias japonesas permanecem no local, mas como moradora permanente só a Sra. Hatsuê Katayama, que se encontra hoje com 83 anos de idade, e nos conta que todas as famílias japonesas conseguiram educar e formar todos os seus filhos.

Dantas (1982), nos relata que as famílias japonesas alcançaram uma posição mais positiva do que as potiguares. Atualmente alguns desses japoneses ocupam cargos importantes, e de uma forma geral, todos se saíram bem.³³

Em relação a intenção do governo brasileiro de firmar convênio com o Japão para importar técnicas agrícolas, e estas serem assimiladas pelos colonos brasileiros, no caso da Colônia do Pium, essa iniciativa foi frustrada, na medida em que nem os potiguares aprenderam com os japoneses e nem estes se fixaram à terra. De acordo com as informações locais, os japoneses não se dispuseram a passar os seus conhecimentos, e por outro lado, choques culturais impediram a aceitação das técnicas orientais por parte dos brasileiros.

Após o declínio da colônia, a maior parte das famílias japonesas penetrou no mundo dos negócios.

³² HERMES, Selma. Op., cit., p.28

³³ DANTAS, Laice Cardosos. Op., cit., p. 24

3 – O DECLÍNIO DA COLÔNIA AGRÍCOLA DO “PIUM DO JAPONÊS”

Durante o desenvolvimento de nosso estudo, observamos que foram vários os fatores que provocaram a desarticulação do Núcleo Colonial do Pium.

Iniciando-se pelo acesso ao local,¹ que já na época da chegada dos primeiros colonos, as vias de acesso para o Núcleo faziam parte dessas dificuldades enfrentadas por esses pioneiros. Eram estradas carroçáveis em péssimas condições de tráfego, e durante o período chuvoso, o acesso era interrompido, o que provocava o isolamento da região; Natal estava a 23 km, por uma estrada de terra batida e pontes precárias; Parnamirim estava a 24 km, e o acesso não era diferente.

De acordo com depoimentos, para os japoneses, uma das primeiras dificuldades encontradas foi a grande decepção que eles tiveram após esperar o período das primeiras colheitas. Prepararam a plantação de diferentes culturas: beringela, melancia, pepino, nabo, melão, tomate e repolho. Quando a tão sonhada colheita chegou, a decepção foi total: a cidade do sol não conhecia e também não consumia as verduras que o Vale Verde do Pium estava produzindo, a perda foi enorme.

O paul passava seis meses alagado, e com isso, não se tinha condições de plantio. Nas terras de cima, no arisco, não era diferente. Apesar de alta, a terra é seca, arenosa e pobre, e não havia possibilidade de irrigação, pois o Vale ainda não era abastecido com energia elétrica.³⁴

Durante a administração do INCRA, o governo fez a primeira dragagem do rio. Isso muito ajudou os produtores do Vale do Pium. No entanto, surgiu um outro problema tão prejudicial quanto o alagamento: o mercado da Cidade Alta, que era um ponto de escoamento da produção do Pium, incendiou (Incêndio do Mercado da Cidade de Natal), o que provocou outro grande prejuízo, pois os comerciantes do mercado sequer saudaram as suas dívidas com os colonos japoneses.³⁵

Em 1960, as enchentes novamente prejudicaram grandemente as lavouras no Pium. Colonos brasileiros e japoneses tiveram sérios prejuízos. Isso afetou o entusiasmo de muitos, tanto assim que seu antigo líder, Nakano, abandonou o Vale, mudando-se com a

³⁴ HERMES, Selma. Op., cit., p.26

³⁵ id., Ibid., p. 30

família para Chão de Alegria, em Pernambuco. Os japoneses começaram a sentir a inclemência do clima nordestino. Nesse período iniciou-se o abandono da Colônia. Os que permaneciam, iniciaram a recuperação de suas lavouras.³⁶ O INCRA já não se encontrava na administração do Núcleo, e os colonos não puderam contar com o apoio da Prefeitura de Nísia Floresta nem com o do governo do Estado.

Sra. Hatsuê lembra que foi época de muito sofrimento: “*o paul estava cheio de água, levou de 3 a 4 meses para secar. Quando secou, começaram a preparar a terra para a plantio.*”

“ O nordeste possui condições naturais favoráveis a um grande desenvolvimento da agricultura, pois dispõe de vastos espaços de terras agricultáveis e variedade de condições climáticas capazes de comportar a obtenção, tanto de produtos tropicais quanto de temperados. Apesar da importância das atividades agrícolas na economia do Estado do Rio Grande do Norte, o espaço rural é subaproveitado. Somente 35% da superfície de Nísia Floresta estão ocupados por estabelecimentos agrícolas: Sítios, chácaras e granjas.”³⁷

Existe um processo natural de assoreamento do rio, que em face de sua pequena declividade nesse trecho do vale, necessita da realização de serviços periódicos de drenagem, a fim de possibilitar o adequado aproveitamento do Vale. A época provável para a ocorrência dos alagamentos do Vale é o inverno, e quando isso acontece, os agricultores perdem todas as plantações da área do “paul”. Todo o trabalho fica perdido e os prejuízos são imensos. A única cultura que consegue sobreviver é a banana, mas, embora a planta sobreviva, a safra fica totalmente prejudicada. Em relação às outras culturas, os prejuízos são totais, pois além de perderem toda produção, têm que esperar que a terra enxugue para se limpar toda a área e recomeçar a o plantio.

³⁶ MELO, Veríssimo. Op. cit. p. 169.

³⁷ LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de. *A Metamorfose Socioespacial de Pium.* p. 33

De acordo com Lima (2000), “Desde os tempos da colonização, a região litorânea em todo o Brasil apresenta as características de um desenvolvimento mal distribuído socialmente, e de uma grande degradação do patrimônio natural.”³⁸

Porém, a drenagem do Vale não foi priorizada pelo Poder Público local e, conseqüentemente, a população, que tinha sua economia voltada principalmente para as atividades agrícolas, passou a deslocar sua força de trabalho para atividades do setor terciário.

O geógrafo Mário Lacerda nos coloca:

“... não se pode esperar milagres, levando em conta os rudimentares sistemas agrícolas tradicionais. Contudo acrescenta, lembrando a ajuda que deve ser dada. Com esta ajuda, o poder de irradiação técnica de cada colônia melhorando as condições de receptividade das áreas circunvizinhas através de medidas nos setores de assistência agrônômica, da educação e de crédito agrícola”.³⁹

Com o desligamento do INCRA da administração do projeto, a Colônia perde pouco a pouco o seu ritmo de produção e desenvolvimento. Os colonos habituados à assistência do órgão, vão desanimando. Pouquíssimos conseguiram, de forma independente, fazer suas terras prosperarem. A maioria, no entanto, permaneceu com agricultura de subsistência.⁴⁰

Com a emancipação da Colônia, a produção agrícola começou a decair, provocando problemas de ordem sócio-econômicas para os colonos. Tal situação implica acréscimos na importação de alimentos oriundos de outros Estados para o abastecimento do mercado de Natal.

Já com a posse definitiva das terras, a maioria vendeu os seus lotes, começando a surgir granjas para especulação. Os lotes do “tabuleiro”, que tanto na drenagem superficial como na fertilidade são deficitários, foram a sua maioria vendidos.

Segundo informações adquiridas “in loco”, os problemas que mais atingiram os moradores estavam relacionados com a comporta do Rio Pirangi e com o acesso a Parna-

³⁸ id., *ibid.*, p. 16

³⁹ MELO, Mário Lacerda de. *Op.*, cit., nota 7

⁴⁰ DANTAS. Laíce Cardoso. *Op.*, cit., p. 09

mirim. A comporta não atingiu a sua finalidade, que era a de manter o nível d'água do Rio Pirangi, que banha a área do PIC/PIUM, uma vez que, freqüentemente, ainda nos dias atuais, ocorre acúmulo de “pasta”- planta aquática típica da região – e que impede a passagem da água, provocando o alagamento das áreas que eram cultivadas.

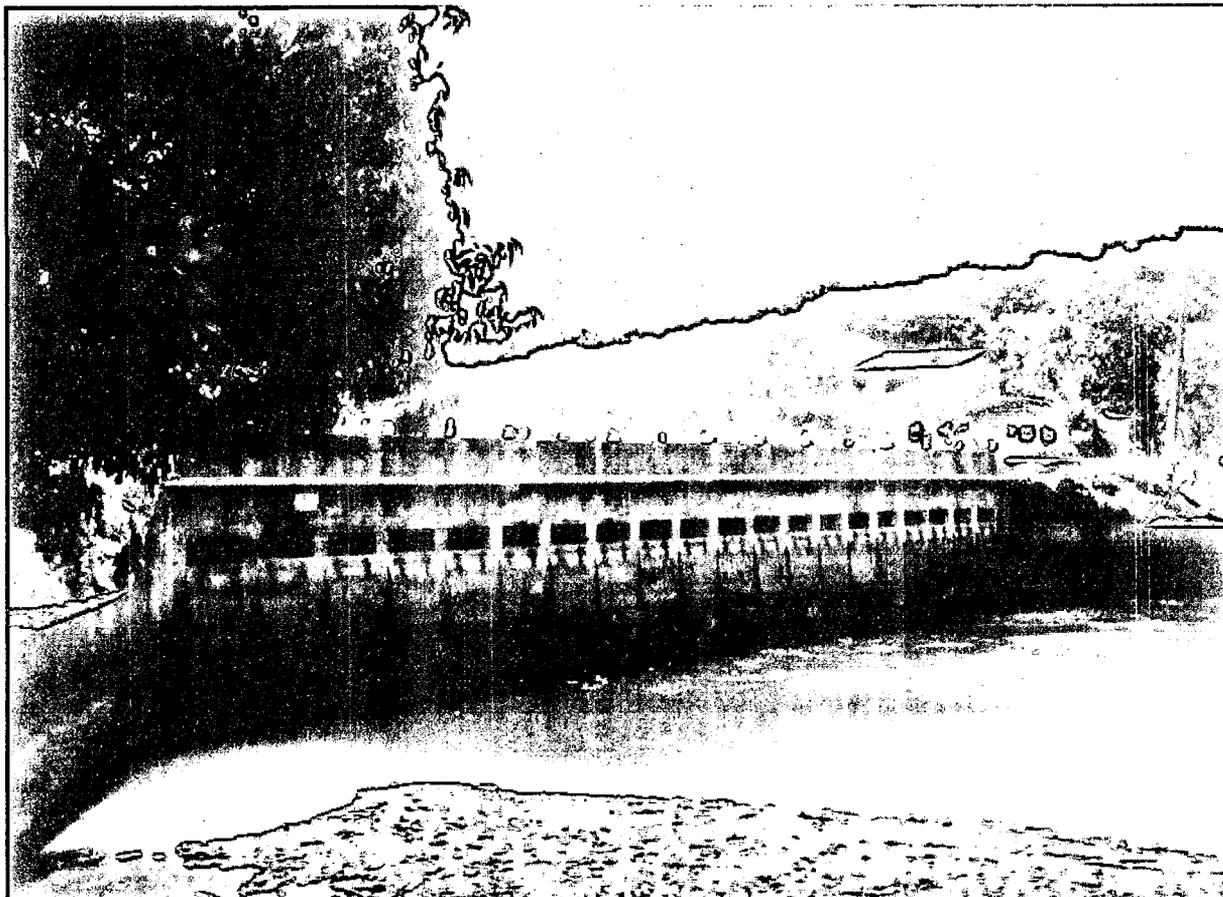


Figura 6: A COMPORTA DO RIO PIRANGI
AUTOR: WILSON FELIX
DATA: JUNHO/2003

Quanto ao acesso, o caminho mais curto para se chegar a Parnamirim foi interrompido por proprietários da vizinhança, dificultando, assim, a comercialização dos produtos da Colônia naquela localidade. Essa interrupção implicou em gastos extras de tempo e de dinheiro. Convém salientar que a feira de Parnamirim, que era o local favorável e preferido pelos colonos para comercialização dos produtos do Vale, depois da interrupção a distância que antes era de 9 km, passou para 45 km, pois o único percurso possível era o feito pela rodovia que liga Pirangi a Natal e de Natal a Parnamirim, pela BR 101, tornando-se com isso, impossível o deslocamento dos colonos com seus produtos, já que a maioria

levava os seus produtos em “carroças de burro”. Com isso aumentou o empobrecimento dos colonos.

Mesmo os colonos que não comercializavam na feira de Parnamirim, sentiram-se prejudicados, pois contavam com os serviços daquela cidade, os quais não eram, e ainda não são oferecidos até hoje em Pium, como bancos, hospitais, etc.,

Tal situação foi agravando cada vez mais a vida dos colonos, que só encontraram barreiras e dificuldades na luta diária pela sobrevivência. Chegaram a tentar solucionar o problema através de abaixo-assinados aos órgãos governamentais, porém não conseguiram nenhum resultado positivo. Na verdade, as lutas são desiguais, em se tratando de pequenos proprietários.

A falta de infra-estrutura adequada, o mau funcionamento da comporta e a interrupção do acesso mais fácil a Parnamirim, contribuíram consideravelmente para o processo de estagnação do “Pium do Japonês”. A maior parte dos colonos, pequenos agricultores, para sobreviver tiveram que se submeter aos intermediários, pois as dificuldades foram aumentando, não havendo com isso, condições favoráveis para que eles próprios comercializassem os seus produtos. Assim, percebe-se que a comercialização da produção do Vale do Pium foi sofrendo pelos baixos preços pagos aos produtores, e pela elevada margem de comercialização exercida pelos intermediários.⁴¹

Graziano (1980), considera a inferioridade da pequena produção como consequência da pequena dimensão da terra cultivada, das dificuldades de emprego de máquinas, da ausência de especialistas do trabalho, da inferioridade na comercialização e das dificuldades para obtenção do crédito em condições favoráveis. Todos estes aspectos caracterizam o PIC/PIUM.

A problemática que atingiu os colonos do Núcleo colonial do Pium, relaciona-se com a proposição de José Graziano da Silva acerca dos mercados oligopolistas, ou seja, onde existem poucos vendedores controlando os preços da venda. Este fato, é um dos indicadores da pressão que o capital exerce sobre o pequeno produtor, que é obrigado a comprar os insumos e a vender seus produtos por preços impostos pelos grandes vendedores e compradores, resultando nos prejuízos e exploração a que estão sujeitos. Graciano também nos coloca que:

⁴¹ id., *ibid.*, p. 34

“essa subordinação da agricultura ao capital também implica no desenvolvimento mais lento das forças produtivas, na medida em que a produção não é transformada pelo capital e sim explorada parasitariamente por ele.”⁴²

“A pequena exploração agrícola desenvolvida pelos pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros não é atingida pela política governamental de modernização e, por outro lado, não consegue gerar um excedente que permita o aumento de seus meios de produção, mantendo-se com suas características de baixa produtividade.”⁴³

Atrelada a estes fatores e com o incentivo às atividades turísticas no litoral ao sul de Natal, que tem Pium como ponto principal de passagem, a comunidade local, que antes estava voltada para as atividades agrícolas de subsistência, hortifrutigranjeira e extração de frutos nativos, passou a ter no setor terciário uma atividade que as substituíram e hoje se constitui na principal fonte de trabalho e renda do local, fator que apresentou-se na paisagem, materializada no grande número de estabelecimentos comerciais no bairro.⁴⁴

Dos antigos serviços existentes na Colônia Agrícola do Vale do Pium, atualmente só há a escola. O posto de saúde não funciona e a cooperativa e o clube de mães estão desativados. Desde 1959 que o INCRA não presta mais nenhum tipo de assistência ao Núcleo, não havendo mais nenhuma orientação técnica.

A especulação imobiliária é uma realidade no Vale do Pium, já atingindo a própria Colônia. Até 1970, os lotes só podiam ser vendidos a agricultores. Após esse período as terras foram liberadas para serem vendidas a qualquer pessoa.

É comum encontrarmos pessoas que, apesar de possuírem um bom pedaço de terra, normalmente herdeiros, estão trabalhando, ou procurando trabalho, como funcionários em granjas dos novos proprietários, que geralmente possuem uma melhor condição financeira e usam as terras como renda complementar; ou trabalhando nos empreendimentos voltados para o turismo. Esses trabalhadores se submetem a pequenos salários por não terem condições financeiras de investirem em suas terras, as quais passam a ser usadas simplesmente como moradia.

⁴² GRACIANO. Da Silva José. *O Que é Questão Agrária*. p. 230

⁴³ id., *Ibid.*, p. 232

⁴⁴ LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de. *Op.*, cit., p. 24

No entanto, é importante destacar que, apesar de bem poucas, algumas pessoas estão retomando a iniciativa agrícola no local. São novos proprietários que, com um melhor poder aquisitivo, que estão investindo no plantio de hortaliças e até em pequenas culturas como goiaba, maracujá e banana.

Há também o exemplo de Sra. Tereza de Araújo Lima, que representa o que ainda há de vestígios do antigo Núcleo Agrícola do Vale do Pium. Apesar de ter vendido parte de suas terras, ainda permanece tirando a maior parte de seu sustento, como também de seus filhos, todos casados, do que lhe restou do lote adquirido do INCRA. A família da Sra. Tereza, viúva do Sr. João Domingos, antigo colono, vivenciou todo o apogeu e declínio do Núcleo, chegando os seus filhos a trabalharem em terras alheias para sobreviver. No entanto há aproximadamente três anos, juntamente com seus filhos, principalmente os homens, retomou o plantio de hortaliças e vem escoando a sua produção para os maiores supermercados de Natal, abastecendo a Ceasa, Parnamirim, Pirangi e arredores. O que comprova que com o auxílio de uma estrutura maior, o Núcleo Agrícola do Pium teria permanecido como um grande centro produtor em nosso Estado.



Figura 7: PLANTIO DE HORTALIÇAS NO LOTE DA SRA. TEREZA NASCIMENTO DE LIMA
AUTOR: WILSON FELIX
DATA: JUNHO/2003

CONCLUSÃO

Este trabalho nos possibilitou conhecer o processo de colonização agrícola, realizado pelo Governo Federal no Vale do Pium, entre os anos de 1954 a 1959.

Após a realização do nosso estudo podemos concluir que durante um curto espaço de tempo depois da implantação, o Núcleo Colonial do Pium conseguiu atingir uma relativa prosperidade econômica oriunda da produção e da comercialização de hortifrutigranjeiros. Esse período de prosperidade está diretamente associado com a época em que o INCRA foi o responsável pela administração da Colônia. Isso porque, esse órgão prestava assistência técnica e financeira para que os colonos pudessem plantar e comercializar os resultados da produção.

Um aspecto importante a ser ressaltado é o de que a assistência técnica do INCRA não se resumia aos procedimentos de plantio, adubação e preparo da terra. O Instituto se preocupava também tanto os com aspectos sociais da vida do colono, prestando serviços de saúde, educação e transporte para a produção; quanto com aspectos estruturais da terra, como por exemplo a dragagem periódica do rio Pium, que margeia toda a Colônia. No inverno, o rio transbordava e comprometia toda a produção de frutas e hortaliças, pois passava cerca de seis meses alagando todo o “paul”, que é a melhor terra para o plantio devido ao seu alto teor de nutrientes, tornando-se assim o maior problema para colonos.

Em 1959, o INCRA concluiu o prazo estabelecido pelo Governo para manter-se responsável pela administração da Colônia. Nesse período terminou também o prazo de carência para que os colonos iniciassem o pagamento pela posse definitiva dos lotes. Como as safras tinham sido proveitosas durante esses cinco anos, todos os colonos conseguiram pagar integralmente pela posse da terra ainda naquele ano.

No entanto, a saída do INCRA do cotidiano da Colônia provocou o declínio das atividades produtivas na área. Isso por que os colonos ficaram desprovidos de qualquer tipo de assistência, passando a enfrentar todos os problemas dos mais diversos, tais como, a falta de dragagens no rio; a falta de transporte para escoamento da produção e a dificuldade de acesso aos centros consumidores.

Todos esses problemas afetaram os pequenos agricultores, que apesar de contarem com todas potencialidades do Vale do Pium para a produção dos mais variados produtos agrícolas, foram pouco a pouco o abandonando por não conseguirem conviver com as adversidades.

Esta situação explica porque os colonos foram forçados a vender suas terras, na maioria das vezes a preços irrisórios, ou mesmo continuando a morar no Vale, no que restou de seus lotes de origem, procurando trabalho em granjas mais bem estruturadas, localizadas nos arredores.

Pium apresentou-se assim, como uma questão prioritariamente social, sendo o resultado dos diversos elementos que se articularam para produzi-lo em um determinado momento, e em outro, se ausentaram, levando o Vale a um abandono que culminou na transformação do uso de seu espaço físico.

Assim, depois de analisar todos os fatos propostos neste estudo, conclui-se que sem o apoio dos órgãos públicos, sejam eles Federal, Estadual ou Municipal, a falta de uma infra-estrutura adequada, antes fornecida pelo INCRA; e que com a saída deste, não houve continuidade dessa assistência, o que provocou o declínio da produção agrícola do “Núcleo Colonial do Pium”.

BIBLIOGRAFIA E FONTES:

FONTES:

- 1 – Sra. Hatsuê Kataiama
Colona japonesa pioneira do Núcleo Colonial do Pium.
Entrevista realizada em 22 de março de 2003.
Local: Pium/Nísia Floresta-RN
- 2 – Sra. Jarina Gomes dos Santos Mathsunay
Colona brasileira pioneira do Núcleo Colonia do Pium e Funcionária do INCRA
Entrevista realizada em 18 de junho de 2003
Local: Pium/Nísia Floresta -RN
- 3 – Sra. Tereza do Nascimento Lima
Colona brasileira pioneira no Núcleo Colonial do Pium.
Local: Pium/Nísia Floresta - RN

BIBLIOGRAFIA

DANTAS, Laice Cardoso. **A Colônia do Pium Japonês**. 1982. 56f. Monografia (Graduação em Geografia) – UFRN. Natal/RN.

HERMES, Selma Maria. **Reforma Agrária na Comunidade “Nipo Brasileira do Núcleo Colonial do Pium”**. 2002. 39 f. Monografia (Graduação em História) – UNP. Natal/RN.

LARANJEIRA, Raimundo. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1983. (Coleção Retratos da Vida; V. 164)

LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de. **A Metamorfose Socioespacial de Pium**. Natal/RN, 2000. 109p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

_____ **Passando Por Pium: A Influência do Lazer e do Turismo no Litoral Oriental do Rio Grande do Norte** – Natal (RN): Edição Independente, 2001.

_____ **Transformações do uso do solo em Pium Provocados Pela Duplicação da “Rota do Sol”**. Monografia (Especialização em Arquitetura)- UFRN/CT. Departamento de Arquitetura, Natal/RN.1999

_____ **O Que Fica no Caminho: Conseqüências Sócio-espaciais decorrentes da Duplicação da “Rota do Sol” em Pium**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UFRN – CCHLA, Departamento de Geografia. Natal/RN 1999.

LINHARES, Maria Yedda Silva, TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira, Combates e Controvérsias**. São Paulo: Editora Brasiliense S. A. 1981.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola. 1996.

MELO, Mário Lacerda de. **A Colonização e os Problemas Agrários do Nordeste**. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Recife, 10,1961.

MELO, Veríssimo de. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. Natal: Imprensa Universitária. 1973.172p.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 2.ed. Natal (RN): EDUFRN – Editira da UFRN, 2002. 246p.

PRADO, Caio Junior. **Reforma Agrária**. 2ed. São Paulo: Moderna,1990.

SILVA, José Graziano da. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC. 1980. 240p.

_____ **O Que é Questão Agrária**. 13ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981. 109p.

VALENTE, Waldemar. **O Japonês no Nordeste Agrário. Aspectos Sociocultural e Antropológicos.** Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. 1978.232p. il. (Série Estudos e Pesquisas, 8)

ANEXOS

QUESTIONÁRIOS:

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS MORADORES DO PIUM DO JAPONÊS

NOME: _____

Nº: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO :

1.1 O Sr. fez parte do projeto de colonização do PIC/PIUM?

() Sim () Não

1.2 Há quanto tempo mora no Pium ?

1.3 Onde morava antes de vir para o Pium ?

1.4 Em que trabalhava antes de vir para cá ?

1.5 Por que o Sr. veio morar aqui ?

1.6 Quanto o Sr. pagou pelo lote ?

1.7 Atualmente trabalha :

aqui no vale

outro

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA CULTIVADA E DOS TIPOS DE CULTURA :

2.1 Quantos hectares tem o seu lote ?

2.2 O que o Sr. Plantava ?

2.3 Quantos hectares utilizava para o cultivo de :

frutas

legumes/ verduras

côco

outros

3. INFRA-ESTRUTURA/ ASSISTÊNCIA :

3.1 Qual a assistência dada pelo INCRA durante a Execução do projeto ?

assistência técnica p/ orientar nas plantações

financiamentos p/ insumos

facilidades p/ o transporte dos produtos

facilidades p/ comercialização dos produtos

outros

3.2 Quais os Serviços existentes na época de atuação do INCRA ?

escola posto de saúde

clube -de- mães cooperativa

3.3 O INCRA deu, alguma assistência na área ?

Sim Não

Qual ? _____

3.4 Havia assistência de técnicas p/ orientar as plantações ?

Sim Não

Quais as orientações recebidas ?

3.5 Recebeu algum financiamento Sim Não

Bancos

INCRA

EMATER

Outros

3.6 Seus filhos estudaram ? Sim Não

Onde ? _____

3.7 Fez alguma reforma na sua casa ? () Sim () Não

4. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO :

4.1 Sua produção era para :

() consumo () consumo / venda

() outros

4.2 Onde vendia seus produtos ?

() feiras livres () CEASA

() no local () outros

4.3 Quem comprava sua produção ?

() intermediário () consumidor

() outros

4.4 Como era transportada a produção ?

5. ACESSO:

5.1. Antes da interrupção da estrada que dá acesso a Parnamirim, o Sr. costumava vender seus produtos na feira daquele local?

Sim () Não ()

5.2 . Com a interrupção da estrada, o Sr. acha que:

- () Ficou mais distante para chegar a Parnamirim?
- () Ficou mais dispendioso levar os produtos para feira de Parnamirim?
- () Deixou de ir a feira de Parnamirim?
- () Continuou vendendo seus produtos naquele local?
- () outros

6. COMPORTA:

6.1. Suas plantações já foram alagadas alguma vez?

Sim () não ()

6.2. Qual o período do ano em que ocorriam os alagamentos?

Sim () não ()

6.3. Tomava-se alguma providência para tentar solucionar o problema?

Sim () não ()

6.4. Obtiveram algum resultado?

Sim () não ()

6.5. O Sr (a) continua cultivando suas terras?

Sim () Não ()

6.6. Por quê? _____

7. ESPECULAÇÃO:

7.1. Já procuraram comprar o seu lote?

Sim () Não ()

7.2. O Sr. (a) tem vontade de vendê-lo?

Sim () Não ()

Por quê? _____

7.3. Já vendeu alguma parte do seu lote?

Sim () Não ()

Por quê? _____

OBSERVAÇÕES:
